



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2023 - SO
Processo Eletrônico nº 6.475/2023

AVISO

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, torna público que encontra-se aberto procedimento licitatório, sob a modalidade de **LEILÃO**, do tipo **MAIOR LANCE**, visando à **alienação de ativos de iluminação pública (luminárias, lâmpadas, relés, reatores, braços de sustentação de luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, conectores e condutores) pertencentes ao Município de Juiz de Fora**, sujeitando-se as partes ao disposto na legislação pertinente e as condições do Edital.

O leilão ocorrerá no seguinte endereço **Rua Osório de Almeida, nº 950 - Bairro Poço Rico** -, nesta cidade de Juiz de Fora – MG. Informa-se que o Credenciamento dos interessados será **realizado a partir de 9h e o Leilão terá início às 9h30, do dia 14 (quatorze) de Agosto de 2023.**

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2023/index.php. O edital poderá ainda ser solicitado através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>. Quaisquer dúvidas poderão ser protocoladas, assim como serão respondidas através do referido link do Plataforma Ágil.

Juiz de Fora, 25 de julho de 2023.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2023 - SO
Processo Eletrônico nº 6.475/2023

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, informa a todos os interessados, que dará início no local, dia e hora divulgados no Aviso deste Edital ao procedimento licitatório, modalidade de **LEILÃO**, do tipo **MAIOR LANCE**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Leilão a **alienação de ativos de iluminação pública (luminárias, lâmpadas, relés, reatores, braços de sustentação de luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, conectores e condutores) pertencentes ao Município de Juiz de Fora**, inservíveis para novas aplicações no Parque Luminotécnico municipal.

1.2. Os bens em licitação serão leiloados no estado e condições em que se encontram, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, pois, a respeito dos mesmos, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

1.3. A alienação inicialmente será feita de forma global e totalitária dividindo-se os materiais apenas em LUMINÁRIAS e REATORES, eventualmente, a posteriori, poderão ser estendidos aos demais materiais indicados no item 1.1 desde que tenhamos quantitativo para tal.

1.4. Para fins de exame, os ativos objeto deste Leilão encontram-se à disposição dos interessados para serem vistoriados até o dia útil anterior à data designada para realização da sessão inaugural, **no estacionamento da sede do Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras (SO/DEIP)**, localizado na Rua Osório de Almeida, nº 950, bairro Poço Rico, Juiz de Fora-MG pelo telefone (32) 3690-7004, no horário de 08h30m às 11h30m e de 14h30m às 17h30m, de segunda a sexta-feira.

1.5. O descarte do material inservível dentro das normas e padrões ambientais vigentes ocorrerá por conta única e exclusiva do arrematante que deverá apresentar o devido laudo isentando a Prefeitura de Juiz de Fora de qualquer responsabilidade.

1.6. Importante acrescentar que os citados ativos foram recebidos em doação da CEMIG quando da transferência dos encargos inerentes à Iluminação Pública daquela concessionária para a Prefeitura de Juiz de Fora, não havendo portanto, nenhum desembolso por parte do erário municipal ou dos recursos provenientes da CCSIP para aquisição dos mesmos.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente procedimento licitatório Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, inscritas respectivamente junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da fazenda.

2.2. Não poderão participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em qualquer das situações a seguir:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.2.1. Sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO**.

2.2.2. Estejam em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.2.3. Pessoas Físicas ou Jurídicas enquadradas no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93 ou que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

2.2.4. Menores de 18 anos, não emancipados, servidores e ocupantes de cargo em comissão, em exercício no âmbito do Município de Juiz de Fora.

2.2.5. Para efeitos do cumprimento do subitem **2.2.1** e **2.2.2** serão exigidos **para Pessoas Jurídicas** os seguintes documentos:

a) Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

a.1) Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

a.2.) Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

c) Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual.

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente registrados.

2.3. O vencedor do lance será identificado através do número da carteira de identidade e CPF, no caso de Pessoa Física, ou CNPJ e Inscrição estadual, quando Pessoa Jurídica.

2.3.1. Somente poderá participar da fase de lances o próprio licitante ou seu procurador, mediante procuração com poderes para realizar a compra, se Pessoa Física, ou o representante legal do licitante, se Pessoa Jurídica, conforme o Contrato Social ou mediante procuração devidamente outorgada, conforme **Anexo I**.

2.3.2. Os documentos exigidos nos subitens anteriores poderão ser exigidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticados em cartório.

2.3.3. No Ato da arrematação, os interessados deverão comparecer ao local determinado para a realização do Leilão, munidos de Carteira de Identidade e CPF no caso de Pessoas Físicas ou CNPJ para Pessoas Jurídicas neste último atendendo aos requisitos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem **2.2.5**.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CAPÍTULO III - DA ARREMATACÃO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Os equipamentos inservíveis serão leiloados no estado em que se encontram, e a arrematação será concretizada para quem oferecer maior lance, tomando por base os preços mínimos estimados para a alienação, constantes do **Anexo III**.

3.2. Na mesma data, logo após oferecer o lance, o vencedor arrematante obriga-se a depositar o total do valor da arrematação dos bens ou 30% (trinta por cento) desse valor, como sinal, a ser recolhido mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, com a utilização de código próprio para este fim.

3.2.1. No caso do recolhimento ser de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da arrematação, obriga-se o arrematante a recolher os 70% (setenta por cento) restantes no prazo máximo de 5(cinco) dias corridos, sob pena de perder em favor do Município o valor já recolhido.

3.3. Todos os pagamentos serão efetuados através de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, em favor do **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA** mediante a adoção do código próprio, cabendo à Secretaria de Fazenda a confirmação do recebimento dos créditos correspondentes, para que em seguida seja possível autorizar e levar a transferência da titularidade do item arrematado, observado o disposto no **item 1.5**.

CAPÍTULO IV – DA RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. A entrega dos equipamentos leiloados ficará a cargo da **Secretaria de Obras (SO)**, pelo telefone (32) 3690-7004, após a observação dos trâmites administrativos pertinentes, mediante a comprovação do pagamento dos DAM'S competentes, atendidas as exigências do **subitem 3.2**.

4.2. Os arrematantes disporão do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da homologação do certame, para retirar os equipamentos arrematados no local indicado no **subitem 1.4**. Tal retirada ficará condicionada à apresentação da comprovação do pagamento integral do item arrematado.

4.3. Findo o prazo previsto no subitem **4.2**, ficam os arrematantes sujeitos ao pagamento de multa no valor de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor total da arrematação.

4.3.1. Após o 30º (trigésimo) dia sem que tenha ocorrido a retirada do bem, a arrematação será cancelada e o arrematante receberá o valor líquido da operação, ou seja, o valor do lance final deduzida a multa prevista no subitem **4.3**.

4.4. Todas as despesas decorrentes da retirada e transporte dos equipamentos arrematados correrão por conta e risco do arrematante.

4.5. É proibido ao arrematante dos bens ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociá-los antes do pagamento integral dos valores correlatos, devidos ao **MUNICÍPIO**.

CAPÍTULO V - DOS CASOS DE DESISTÊNCIA E PENALIDADES DO LICITANTE

5.1. Na desistência do licitante vencedor, o **MUNICÍPIO** poderá convocar, para substituí-lo, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2. O licitante que desistir da compra ou não obedecer aos prazos fixados, ficará sujeito as penalidades estabelecidas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Desse modo, aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo administrativo, no que couber:

5.2.1. Advertência;

5.2.2. multa de 2% (dois por cento) do valor total do bem arrematado;

5.2.3. impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO pelo prazo de até 02 (dois) anos, com a devida comunicação junto ao Cadastro Geral de Licitantes –CAGEL do Município, mediante apresentação de cópia do ato que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade ou da decisão final do recurso interposto pelo arrematante, a fim de que seja averbada a penalização no registro cadastral.

CAPÍTULO VI - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A VENDA

6.1. Os recursos eventualmente obtidos com a alienação dos ativos de iluminação pública serão destinados à manutenção e expansão da rede de iluminação pública do Município, devendo ser depositados na conta que controla a CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos concorrentes das exigências e condições estabelecidas no Edital e anexos do Leilão.

7.2. Os casos omissos serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

7.3. Não será dado nenhum tipo de garantia ao adquirente.

7.4. O adquirente é responsável pela utilização e destino final do(s) bem(ns) arrematado(s) e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas e na legislação em vigor.

7.5. O presente Leilão não importa em obrigação de venda, caso as ofertas não atinjam o valor de avaliação para cada item.

7.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

7.7. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

7.1. Anexo I: Credencial para Participação e Lances.

7.2. Anexo II: Relatório Fotográfico, *em arquivo digital anexo*

7.2. Anexo III: Quantitativos e Valor Total Estimado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2023 - SO
Processo Eletrônico nº 6.475/2023

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Leilão a **alienação de ativos de iluminação pública (luminárias, lâmpadas, relés, reatores, braços de sustentação de luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, conectores e condutores) pertencentes ao Município de Juiz de Fora**, inservíveis para novas aplicações no Parque Luminotécnico municipal.

1.2. Os bens em licitação serão leiloados no estado e condições em que se encontram, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, pois, a respeito dos mesmos, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

1.3. A alienação inicialmente será feita de forma global e totalitária dividindo-se os materiais apenas em LUMINÁRIAS e REATORES, eventualmente, a posteriori, poderão ser estendidos aos demais materiais indicados no item 1.1 desde que tenhamos quantitativo para tal.

1.4. Para fins de exame, os ativos objeto deste Leilão encontram-se à disposição dos interessados para serem vistoriados até o dia útil anterior à data designada para realização da sessão inaugural, **no estacionamento da sede do Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras (SO/DEIP)**, localizado na Rua Osório de Almeida, nº 950, bairro Poço Rico, Juiz de Fora-MG pelo telefone (32) 3690-7004, no horário de 08h30m às 11h30m e de 14h30m às 17h30m, de segunda a sexta-feira.

1.5. O descarte do material inservível dentro das normas e padrões ambientais vigentes ocorrerá por conta única e exclusiva do arrematante que deverá apresentar o devido laudo isentando a Prefeitura de Juiz de Fora de qualquer responsabilidade.

1.6. Importante acrescentar que os citados ativos foram recebidos em doação da CEMIG quando da transferência dos encargos inerentes à Iluminação Pública daquela concessionária para a Prefeitura de Juiz de Fora, não havendo portanto, nenhum desembolso por parte do erário municipal ou dos recursos provenientes da CCSIP para aquisição dos mesmos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente alienação (leilão) ocorrerá em função dos bens estarem inoperantes (obsoletos), inservíveis, irrecuperáveis e/ou antieconômicos, considerando que todo o parque luminotécnico do Município vem sendo alterado, substituindo-se as antigas luminárias equipadas com lâmpadas a vapor de sódio, vapor de mercúrio e vapor metálico pelo padrão *light emitting diode* (LED).

2.2. Os bens relacionados encontram-se em estado precário de conservação, não justificando mais a recuperação dos mesmos, sendo certo que não mais atendem à sua destinação inicial.

2.3. Assim, após o cumprimento dos procedimentos inerentes ao processo, restou autorizada pela STDA a alienação dos bens listados em leilão, nos moldes das avaliações apresentadas, bem como a subsequente baixa patrimonial, conforme deliberação competente.

2.4. A deliberação mencionada no item 2.3, ainda está embasada no permanente risco à saúde pública, vez que a quantidade de equipamentos acumulados no local pode contribuir para o eventual surgimento de foco do vetor de várias doenças, destacadamente a dengue, e ainda, consideráveis riscos e custos decorrentes da vigilância e monitoramento destes bens no local em questão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais diplomas pertinentes

4. DO VALOR ESTIMADO PARA O LEILÃO

4.1. Para efeito de avaliação de bens, adotou-se a estimativa realizada pelo setor técnico competente, cujo trabalho culminou com a indicação dos valores constantes abaixo, com quantitativos e valor total estimado indicados no **Anexo III.**

4.1.1. LUMINÁRIAS:R\$ 3,40/Kg (três reais e quarenta centavos por quilo).

4.1.2. REATORES:.....R\$ 1,60/Kg (um real e sessenta centavos por quilo).

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar do presente procedimento licitatório Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, inscritas respectivamente junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da fazenda.

5.2. Não poderão participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em qualquer das situações a seguir:

5.2.1. Sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO.**

5.2.2. Estejam em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

5.2.3. Pessoas Físicas ou Jurídicas enquadradas no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93 ou que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

5.2.4. Menores de 18 anos, não emancipados, servidores e ocupantes de cargo em comissão, em exercício no âmbito do Município de Juiz de Fora.

5.2.5. Para efeitos do cumprimento do subitem **5.2.1 e 5.2.2** serão exigidos **para Pessoas Jurídicas** os seguintes documentos:

a) Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

a.1) Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

a.2.) Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

c) Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual.

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente registrados.

5.3. O vencedor do lance será identificado através do número da carteira de identidade e CPF, no caso de Pessoa Física, ou CNPJ e Inscrição estadual, quando Pessoa Jurídica.

5.3.1. Somente poderá participar da fase de lances o próprio licitante ou seu procurador, mediante procuração com poderes para realizar a compra, se Pessoa Física, ou o representante legal do licitante, se Pessoa Jurídica, conforme o Contrato Social ou mediante procuração devidamente outorgada, conforme **Anexo I**.

5.3.2. Os documentos exigidos nos subitens anteriores poderão ser exigidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticados em cartório.

5.3.3. No Ato da arrematação, os interessados deverão comparecer ao local determinado para a realização do Leilão, munidos de Carteira de Identidade e CPF no caso de Pessoas Físicas ou CNPJ para Pessoas Jurídicas neste último atendendo aos requisitos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem **5.2.5**.

6. DA ARREMATÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os equipamentos inservíveis serão leiloados no estado em que se encontram, e a arrematação será concretizada para quem oferecer maior lance, tomando por base os preços mínimos estimados para a alienação, constantes do **Anexo III**.

6.2. Na mesma data, logo após oferecer o lance, o vencedor arrematante obriga-se a depositar o total do valor da arrematação dos bens ou 30% (trinta por cento) desse valor, como sinal, a ser recolhido mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, com a utilização de código próprio para este fim.

6.2.1. No caso do recolhimento ser de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da arrematação, obriga-se o arrematante a recolher os 70% (setenta por cento) restantes no prazo máximo de 5(cinco) dias corridos, sob pena de perder em favor do Município o valor já recolhido.

6.3. Todos os pagamentos serão efetuados através de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, em favor do **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA** mediante a adoção do código próprio, cabendo à Secretaria de Fazenda a confirmação do recebimento dos créditos correspondentes, para que em seguida seja possível autorizar e levar a transferência da titularidade do item arrematado, observado o disposto no **item 1.5**.

7. DA RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS

7.1. A entrega dos equipamentos leiloados ficará a cargo da **Secretaria de Obras (SO)**, pelo telefone (32) 3690-7004, após a observação dos trâmites administrativos pertinentes, mediante a comprovação do pagamento dos DAM’S competentes, atendidas as exigências do **subitem 6.2**.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2. Os arrematantes disporão do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da homologação do certame, para retirar os equipamentos arrematados no local indicado no **subitem 1.4**. Tal retirada ficará condicionada à apresentação da comprovação do pagamento integral do item arrematado.

7.3. Findo o prazo previsto no subitem **7.2**, ficam os arrematantes sujeitos ao pagamento de multa no valor de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor total da arrematação.

7.3.1. Após o 30º (trigésimo) dia sem que tenha ocorrido a retirada do bem, a arrematação será cancelada e o arrematante receberá o valor líquido da operação, ou seja, o valor do lance final deduzida a multa prevista no subitem **7.3**.

7.4. Todas as despesas decorrentes da retirada e transporte dos equipamentos arrematados correrão por conta e risco do arrematante.

7.5. É proibido ao arrematante dos bens ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociá-los antes do pagamento integral dos valores correlatos, devidos ao **MUNICÍPIO**.

8. DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A VENDA

8.1. Os recursos eventualmente obtidos com a alienação dos ativos de iluminação pública serão destinados à manutenção e expansão da rede de iluminação pública do Município, devendo ser depositados na conta que controla a CCSIP – Contribuição para o Custeio do Sistema de Iluminação Pública..

9. DOS CASOS DE DESISTÊNCIA E PENALIDADES DO LICITANTE

9.1. Na desistência do licitante vencedor, o **MUNICÍPIO** poderá convocar, para substituí-lo, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

9.2. O licitante que desistir da compra ou não obedecer aos prazos fixados, ficará sujeito as penalidades estabelecidas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Desse modo, aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo administrativo, no que couber:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. multa de 2% (dois por cento) do valor total do bem arrematado;

9.2.3. impedimento do direito de licitar e contratar com o **MUNICÍPIO** pelo prazo de até 02 (dois) anos, com a devida comunicação junto ao Cadastro Geral de Licitantes –CAGEL do Município, mediante apresentação de cópia do ato que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade ou da decisão final do recurso interposto pelo arrematante, a fim de que seja averbada a penalização no registro cadastral.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos concorrentes das exigências e condições estabelecidas no Edital e anexos do Leilão.

10.2. Os casos omissos serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.3. Não será dado nenhum tipo de garantia ao adquirente.

10.4. O adquirente é responsável pela utilização e destino final do(s) bem(ns) arrematado(s) e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas e na legislação em vigor.

10.5. O presente Leilão não importa em obrigação de venda, caso as ofertas não atinjam o valor de avaliação para cada item.

10.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11. ANEXOS

Integram também o Edital os seguintes anexos:

11.1. ANEXO I: CREDENCIAL PARA PARTICIPAÇÃO E LANCES.

11.2. ANEXO II: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

11.2. ANEXO III: QUANTITATIVOS E VALOR TOTAL ESTIMADO.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2023 - SO
Processo Eletrônico nº 6.475/2023

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG
....., residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº
....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe
faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de
identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico
de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, no **Leilão nº 001/2023**, podendo assim
retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda
assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim,
todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2023 - SO
Processo Eletrônico nº 6.475/2023

ANEXO II – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

(anexo em arquivo digital)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2023 - SO
Processo Eletrônico nº 6.475/2023

ANEXO III – QUANTITATIVOS E VALOR TOTAL ESTIMADO.

Para a consecução do Leilão de Luminárias e Reatores os quantitativos e valores estimados são os seguintes:

1. LUMINÁRIAS:..... 24.714 kg a R\$ 3,40/kg..... R\$ 84.027,60
2. REATORES:..... 9.116 kg a R\$ 1,60/kg..... R\$ 14.585,60
3. VALOR TOTAL ESTIMADO:.....R\$ 98.613,20 (noventa e oito mil, seiscentos e treze reais e vinte centavos)